

ARTES DE GRAMÁTICA PARA O ENSINO DO GREGO EM PORTUGAL: CLENARDO E JOÃO JACINTO DE MAGALHÃES (SÉCULOS XVI-XIX)

CARLOS MORAIS

Universidade de Aveiro

Introdução

Depois de ter estudado na Universidade de Florença, cerca de oito anos, o aveirense Aires Barbosa viria a ser o grande responsável pelo incremento dos estudos helénicos na Península Ibérica, em finais do século XV e inícios do século XVI. Primeiro, em Espanha, onde foi o primeiro titular de uma cadeira de língua grega, entre 1495 e 1523. Depois, em Portugal, onde, durante sete anos, a convite de D. João II, foi mestre do cardeal D. Afonso e do futuro cardeal-rei D. Henrique¹. Para o ensino da língua grega, ao longo destes 35 anos, ter-se-á servido provavelmente das eruditas gramáticas de Teodoro de Gaza, de Constantino Láscaris ou de Manuel Chrysoloras, compêndios que viriam a ser substituídos em toda a Europa (precisamente na altura em que o aveirense se retirou do ensino) pelas *Institutiones in Linguam Graecam*,



Fig. 1: CLENARDO, N. *Institutiones Linguae Graecae*, Paris, 1549 (BPMP: I-12-1)

¹ Para uma biografia completa de Aires Barbosa, vide MANSO, J. H. Rodrigues. *Comentário de Aires Barbosa ao Segundo Livro da Historia Apostolica de Arator*. Lisboa: FCG-FCT, 2011, p. 28-42. Veja-se ainda RAMALHO, A. Costa. *Estudos sobre o séc. XVI*. 2ª ed. Lisboa: INCM, 1983, p. 313; e _____. *Para a História do Humanismo em Portugal*, I. Coimbra: INIC, 1988, p. 59.

de Nicolau Clenardo², que tiveram como seu complemento as *Meditationes Graecanicae* deste mesmo autor³.

1. Do sucesso editorial das Institutiones Linguae Graecae

Saídos dos prelos de Rutgério Réscio, em Lovaina, em 1530 e 1531 respetivamente, estes dois livros marcaram de forma indelével, ao longo de mais de duas centúrias, o ensino do grego em toda a Europa. Reduzidos a epítomes ou aumentados e enriquecidos por escólios⁴, com estes ou outros títulos, separadamente ou em conjunto, as edições destes manuais escolares, sobretudo do primeiro, foram-se multiplicando, às dezenas, por diferentes cidades do Velho Continente, desde Lisboa a Colónia⁵, substituindo velhos métodos escolásticos⁶. Tão grande



Fig. 2: CLENARDO, N. *Meditationes Graecanicae*, Paris, 1533

² Vide o frontispício da edição de 1549 (BPMP: I-12-1), fig. 1. Para o desdobramento das abreviaturas, vide CARDOSO Simão. *Historiografia Gramatical (1520-1920): Língua Portuguesa – Autores Portugueses*. Porto: FLUP, 1994, p. 15.

³ Vide o frontispício da edição de 1533, fig. 2.

⁴ Entre os mais notáveis escoliastas das *Institutiones* de Clenardo contam-se, entre outros, Renatus Guillonius (1500-1570), Petrus Antesignanus Rapistagnensis (1525-1561), Frédéric Sylburg (1536-1596), Henri Estienne (1528-1598), Philippe Labbé (1607-1667), G. Vossius (1577-1649) e Alexander Scot (1525-1584), responsável pela monumental *Uniuersa Grammatica Graeca: Institutiones Etymologicae ex N. Clenardo, cum scholiis P. Antesignani, multis his quidem in locis recognitis, auctis et emendatis; orthographia ueró syntaxis et prosodia, ex optimis, et qui in scholis Societatis Jesu potissimum probantur auctoribus*, Lugduni, Off. Hugonis a Porta, apud fratres de Gabiano, 1593. Sobre este assunto, veja-se CHAUVIN, V.; ROERSCH, A. *Étude sur la vie et les travaux de Nicolas Clénard*. Bruxelles: Hayez, 1900, p. 91-102.

⁵ Ainda que com várias lacunas, CHAUVIN; ROERSCH, 1900, p. 190-201, apresentam uma extensa lista de cerca de duas centenas e meia de edições das *Institutiones*, das *Meditationes* e destas duas obras em conjunto. Para se ter uma ideia do sucesso destes compêndios, mormente do primeiro, refira-se que, de acordo com os dados apresentados por estes autores, são igualmente cerca de 250 os anos que medciam entre a primeira (Lovaina, 1530) e a última publicação (Paris, 1783).

⁶ Sobre estes e outros tratados, veja-se o manuscrito de António Ignácio Coelho de Moraes (BGUC: códice 1485, caderno E), que faz a história da gramaticografia grega,

fortuna, que só encontra paralelo no sucesso que teve a Gramática Latina de Manuel Álvares (1526-1583), ficou a dever-se ao facto de estes dois compêndios refletirem inovadores princípios pedagógicos, mais atrativos e mais adequados à inteligência dos jovens estudantes, que o seu autor, Nicolau Clenardo (1495-1542), teve a oportunidade de pôr em prática, ao longo da década e meia (1515-1530) em que ensinou a língua grega, em Lovaina, na “Pédagogie du Porc” e no colégio de Houterlé. Tendo sempre o aluno no centro das suas preocupações, Clenardo preconizava um ensino que não sobrecarregasse a memória deste com minudências gramaticais ou regras inúteis, que fosse vivo e intuitivo e que se pautasse pela clareza e pela simplicidade de processos.

As *Meditationes*, livro destinado aos que não podiam aceder ao ensino oral, oferecem um exemplo do que poderá ter sido um curso de Grego ministrado pelo humanista de Diest, dentro dos princípios que advogava. Partindo da *Epistola de vita solitaria ad Gregorium Nazianzenum* de S. Basílio, facultava ao aluno, período a período, o comentário de Budé e uma tradução de sua autoria, seguidos de *scholia* com breves, mas rigorosas, explicações morfosintáticas, tudo isto na língua de Vergílio. Nestes seus comentários gramaticais, não descurava, sempre que tal lhe parecesse pertinente, uma aproximação entre estruturas ou formas equivalentes do Grego e do Latim – língua que devia ser já do conhecimento dos aprendizes –, remetendo *pari passu* para as *Institutiones*, pedra angular de todo o sistema de ensino por si gizado. Divide-se esta gramática em quatro partes, apresentando cada uma delas, por opção metodológica do seu autor, apenas o estritamente necessário. A primeira, designada *Institutiones Absolutissimae*, é a mais extensa, contendo o fundamental para a leitura e entendimento dos textos pelos que se iniciavam na língua de Homero⁷. Na segunda parte – *Annotationes in nominum uerborumque difficultates* –, inclui o autor algumas notas sobre os adjetivos e sobre as declinações e insere ainda breves capítulos sobre os numerais, os graus de comparação, os nomes verbais (*verbalia*) e os nomes heteróclitos (*heteroclita*). Na terceira, a que chama *Investigatio thematis in verbis anomalis*, apresenta uma listagem de verbos anómalos com a enunciação dos

desde os seus primórdios até 1873.

⁷ Cf. KUKENHEIM, Louis. *Contributions à l'Histoire de la Grammaire Grecque, Latine et Hebraïque à l'époque de la Renaissance*. Leiden: Brill, 1951, p. 20-21.

seus principais tempos. Para a quarta e última parte, intitulada *Compendiosa et luculenta Syntaxeos ratio*, reservou a exposição de umas quantas regras de sintaxe, sucintas e não muito numerosas. Para o estudo das orações ou de outros assuntos de pormenor, que, por economia, entendeu não abordar, remete, mesmo a fechar o seu compêndio, para os *Commentarii Linguae Graecae* de Guillaume Budé (1468-1540), livro que saiu dos prelos de Jodocus Badius Ascencius, em Paris, no ano de 1529⁸.

Como se pode deduzir por esta descrição sucinta, foram sobretudo dois os atributos que valeram a esta gramática o apreço imediato e generalizado, com inegáveis reflexos na sua tão prolongada vida editorial: a clareza e a brevidade. Cientes de que estas qualidades se ajustavam à prática pedagógica pretendida para os seus colégios, os Jesuítas, desde cedo, adotaram a gramática do humanista de Diest como compêndio oficial, ainda que este seu estatuto de primazia viesse a ser disputado, alguns anos mais tarde, pelos *Rudimenta Linguae Graecae ex primo libro institutionum* de Gretser (1560-1625)⁹, conforme sustenta Ladislau Lukáks, nos seus comentários a uma passagem de um capítulo da *Ratio Studiorum* (1586/B) dedicado ao ensino do grego¹⁰.



Fig. 3: BUDÉ, G. *Commentarii Linguae Graecae*, Basileia, 1556.

⁸ Assim terminam as *Institutiones*: “Verum istiusmodi orationis formas, & breuiter quicquid ad Graecanicas phrases attinet, doctissime persecutus est Budaeus in suis Commentariis, quos nuper & emendate, & eleganter magno studiosorum bono excudit Badius, optime semper de literis meritis. Eum librum comparare sibi debet, quisquis serio Graecari volet”. A recomendação repete-a quer numa das suas epístolas a Vaseu (*Ep.* II, p. 153: “Id. Vasae scias, nisi Budaei libros praecipue commentarios evolveris, te frustra saepe sudaturum, nec verborum proprietatem assequeris”), quer ainda em diferentes momentos das *Meditationes* (e.g., a propósito do uso e valor de καί: “...vide Commentarios Budaei, in quibus plenissime docet vsum partium orationis indeclinabilium”, p. 21, edição de Paris, 1549). O frontispício da edição de 1556 das *Institutiones* encontra-se em fig. 3.

⁹ Vide frontispício da edição de 1692 (BGUC: 2-4-1-16), fig. 4.

¹⁰ LUKÁKS, Ladislau. *Monumenta Paedagogica Societas Iesu. V: Ratio atque Institutio Studiorum Societas Iesu*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1986, p. 189 e n. 4. O



Fig. 4: GRETSER, J. *Rudimenta Linguae Graecae ex primo libro institutionum*, Lyon, 1692 (BGUC: 2-4-1-16)

Estamos em crer, contudo, que, em Portugal, só muito esporadicamente a gramática do filólogo e jesuíta alemão terá tido acolhimento. De facto, os inicianos portugueses não só terão usado edições estrangeiras das *Institutiones*, nomeadamente nos primeiros tempos¹¹, como ainda, mais tarde, quando algumas das tipografias portuguesas estavam já dotadas de tipos gregos, se abalançaram na composição de manuais próprios *in usum tyronum*, decalcados do compêndio do brabantino. Mais simples do que este, porque expurgados de tudo o que não fosse necessário à iniciação dos jovens estudantes, estes epítomes *ex Clenardo*¹², todos com o monograma da Companhia de Jesus no frontispício, foram saindo dos prelos nacionais e até mesmo estrangeiros, desde finais do século XVI até ao primeiro terço do século XVIII, com intervalos não muito regulares.

2. Dos epítomes gramaticais ex Clenardo

Neste processo de construção dos compêndios portugueses, é possível identificar três fases distintas, às quais corresponde uma diferente

texto regulamentador dos estudos jesuíticos afirma o seguinte: “quoniam Clenardi grammatica omnium iudicio valde manca est, neque ulla omnino reperitur graeca grammatica omnibus expleta numeris, placuit novam cudi a nostris iusta magnitudine et eodem fere ordine”.

¹¹ É este também o entendimento do P.^o Francisco Rodrigues. No seu livro *A Formação Intellectual do Jesuíta*. Porto: Livraria Magalhães e Moniz, 1917, p. 211, não esboça qualquer dúvida quanto a este uso: “As Artes, Latina e Grega, dos dois últimos auctores [Despautério e Clenardo], não Jesuítas, começaram a usar-se como livro de texto nos collegios da Companhia de Jesus, logo desde os primeiros annos que abriram escolas em Lisboa, Evora e Coimbra, segundo se depreheende de documentos contemporaneos ineditos”.

¹² Utilizada ao longo do artigo, esta fórmula serve para designar os vários epítomes gramaticais portugueses que derivam das *Institutiones* de Clenardo. Para o nosso estudo, utilizámos a edição parisiense de 1549, cujo frontispício reproduzimos, à página 259 (fig. 1).

licença de publicação. Representadas pelas edições de 1594, de 1595 e de 1608 (na qual se filiam todas as que se lhe seguem), estas diferentes etapas traduzem os progressivos aperfeiçoamentos e melhoramentos a que foi sujeito este epítome gramatical *ex Clenardo*, que apresenta algumas características próprias, como a tradução das formas verbais para português, e uma organização dos conteúdos que, por vezes, se afasta da estrutura do compêndio que lhe está na origem, denunciando pontualmente outras influências¹³.

Durante décadas a fio, foi este o instrumento fundamental para a aprendizagem do grego nos colégios Jesuítas, que seria feita, muito provavelmente, a partir dos textos reunidos na antologia *Aliquot Opuscula Graeca ex variis autoribus collecta*, publicada em Coimbra, na oficina de António Mariz, no ano de 1583. Esta coletânea, igualmente da responsabilidade dos inicianos, contém três discursos de Demóstenes, três idílios de Teócrito, o epitáfio de Bión de Mosco, os “carmina aurea” pitagóricos, cinco hinos homéricos, cinco diálogos de Luciano, alguns “epigrammata graeca veterum elegantissima” e ainda várias fábulas de Esopo com o latim à margem¹⁴.



Fig. 5: *Aliquot Opuscula Graeca ex variis autoribus collecta*, Conimbricae, ex officina A. Mariz, 1583 (BNL: F. 6737)

¹³ Que os responsáveis pelos epítomes portugueses consultaram outros compêndios gramaticais e por eles foram pontualmente influenciados, fica claro pelo conteúdo de uma ou outra matéria que se afasta momentaneamente do modelo clenardiano, como acontece, conforme veremos, no capítulo de sintaxe da 2.ª edição. Ou ainda por alguns dos comentários que nelas são inseridos, como este da 1.ª edição, em que a propósito do mais-que-perfeito do verbo εἶμι se escreve: “Expungitur hoc praeteritum à nonnullis grammaticis, illud tamen recipit Clenardus” (ed. 1594, 9 v.). Refira-se ainda que as anotações e aditamentos de um dos mais famosos escoliastas das *Institutiones*, P. Antesignanus, também não foram ignorados. A eles se alude através de referências breves do tipo “ut notauit P. Antesignanus” (ed. 1594, 2 v.) ou “aduertit Antesignanus” (ed. 1594, 6f.).

¹⁴ Frei Fortunato de São Boaventura tem desta obra uma descrição pormenorizada, em “Memoria do começo, progresso, e decadencia da Literatura Grega em Portugal desde o estabelecimento da Monarchia até ao reinado do Senhor D. José I”. *Memoria da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, n. 8, 1823. Cf. p. 36. Da coletânea, existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa (cota: F. 6737). *Vide* reprodução da folha de rosto, em fig. 5.

2.1. A edição de 1594

Ao contrário do que erradamente se pensou durante cerca de cinco décadas, nomeadamente depois que Justino Mendes de Almeida publicou um artigo sobre esta matéria¹⁵, a primeira edição da gramática grega *ex Clenardo*, publicada em Portugal, não é a de 1595, mas a que saiu dos prelos de António Mariz, em Coimbra, no ano de 1594, com um título – *Graecae Nominum ac Verborum Inflexiones in Vsum Tyronum* – e um monograma indiciadores quer do seu conteúdo quer dos seus objetivos e destinatários¹⁶.

O facto de o nome do brabantino não aparecer no frontispício, tal como acontece nas restantes edições portuguesas, terá contribuído seguramente para que este epítome tivesse sido mal avaliado e, em consequência disso, nunca tivesse sido incluído na família das gramáticas *ex Clenardo*. Porém, um simples e rápido cotejo com as *Institutiones* basta para se concluir que o responsável pela edição do nosso manual transcreveu daquelas, com ligeiríssimas alterações, adaptações ou cortes, o que considerou ser o mínimo necessário para que os jovens estudantes dos colégios Jesuítas pudessem dar os seus primeiros passos na aprendizagem da língua grega.

Assim, dentro desta linha metodológica, forneceu-lhes, a abrir, o indispensável alfabeto e, a fechar, uns breves rudimentos de fonética, que se restringem à classificação e pronúncia das vogais, dos ditongos e das consoantes, num capítulo cujo título – *Pro rudimentis ex Clenardo* – não deixa qualquer dúvida quanto à filiação do epítome. Seguem-se-lhe, já à margem do texto gramatical clonado, as orações do Pai-Nosso (*Oratio Dominica*), da Ave-Maria (*Salutatio Angeli ad Beatissimam Virginem*), da Salve-Rainha (*Salve*



Fig. 6: *Graecae Nominum ac Verborum Inflexiones in Vsum Tyronum*, Coimbra, na oficina de António Mariz, 1594.

¹⁵ ALMEIDA, J. Mendes. *Institutiones Grammaticae ex Clenardo* (a 1.ª edição portuguesa da Gramática Grega de Clenardo). *Revista da Universidade de Lisboa*, n. 2, p. 177-186, 1956.

¹⁶ *Vide* reprodução do frontispício, em fig. 6.

Regina) e do Credo (*Symbolum Apostolorum*) e ainda um passo do prólogo do Evangelho Segundo S. João sobre o Verbo Divino (Jo. 1. 1-14), acompanhados pelas respetivas traduções latinas.

Para o miolo do compêndio ficou o fundamental da morfologia, que constitui a essência da própria gramática, já que nela não há lugar para assuntos de sintaxe. Os paradigmas adotados para as declinações são os mesmos que podemos ler nas *Institutiones*, tal como são os mesmos os comentários, regras ou explicações que, bem mais sucintos, os acompanham. Mas há um aspeto em que a gramática portuguesa, desde logo, se destaca da de Clenardo: pela forma bem mais clara e luminosa como apresenta os seus quadros flexionais, evidenciando com isso as nítidas preocupações de carácter didático-pedagógico do seu autor.

Iguais preocupações não só se mantêm na segunda parte do capítulo da morfologia, dedicada à conjugação, como saem ainda reforçadas com a inclusão da já mencionada tradução para vernáculo das diferentes formas verbais. Sempre que os tempos ou modos verbais ou ainda as formas nominais não são mencionados, por economia de espaço, o compêndio remete o aprendiz para as *Institutiones* com um recorrente e significativo *Vide Clenardum*.

Face à evidência de todas estas semelhanças, pensamos que a inclusão deste epítome entre as gramáticas portuguesas que derivam da do humanista de Diest não é

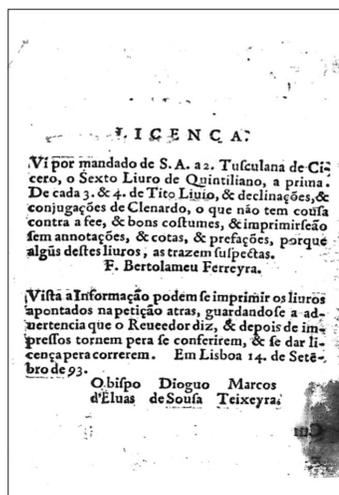


Fig. 7: Texto da licença de *Graecae Nominum ac Verborum Inflexiones in Vsum Tyronum*, Coimbra, na oficina de António Mariz, 1594.



Fig. 8: *Institutiones Grammaticae ex Clenardo*, Lisboa, na oficina de Smão Lopes, 1595. (BGUC: 1-(23)-36)

passível de qualquer contestação. E mesmo que, no espírito dos mais desatentos ou dos menos informados, alguma dúvida pudesse ainda subsistir, o texto da licença, a este respeito bem esclarecedor, bastaria para a dissipar¹⁷.

Ao mencionar o epítome, último dos livros de uma lista de quatro abrangida pela autorização¹⁸, o revisor acrescenta ao título, apresentado em tradução abreviada (“Declinações, & conjugações”), a expressão “de

Clenardo”, que é seguramente a versão para português da fórmula latina “ex Clenardo”, igualmente usada, como vimos, no capítulo final com alguns rudimentos de fonética. Ao contrário do que acontece nas edições seguintes, esta referência autoral inscrita no texto da licença, não virá a ser incluída no frontispício da obra que virá a ser impressa em Coimbra, no ano seguinte. Mas é a chave que possibilita o cabal entendimento do teor da autorização eclesiástica do epítome gramatical saído em 1595.

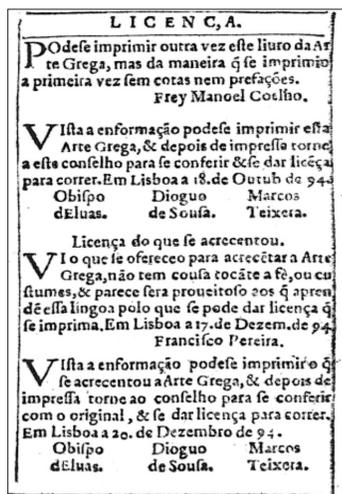


Fig. 9: Texto da licença de *Institutiones Grammaticae ex Clenardo*, Lisboa, na oficina de Smão Lopes, 1595. (BGUC: 1-(23)-36)

2.2. A edição de 1595

Publicada em Lisboa, na oficina de Simão Lopes, com um título mais próximo do da sua fonte – *Institutiones Grammaticae ex Clenardo*¹⁹ –, esta edição apresenta uma dupla autorização que, além de confirmar tudo o

que temos vindo a defender, permite inferir que estamos na presença de um compêndio revisto e aumentado²⁰:

¹⁷ Vide fig. 7.

¹⁸ Dos restantes livros citados, apenas conseguimos identificar o segundo e o terceiro, saídos ambos dos prelos de Simão Lopes, em Lisboa, no ano de 1593, com os seguintes títulos: *T. Linnij Patauni Historiarum Ab Vrbe Condita decadæ primæ liber primus* (BNL: RES. 2741 P.); e *M. T. C. Tusculanarum Quaestionum liber secundus / De Tolerando Dolore* (BNL: RES. 2455/2 P). Dado o mau estado de conservação do primeiro, só nos foi possível consultar o segundo exemplar depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa, que não apresenta a licença de publicação.

¹⁹ Vide reprodução do frontispício, em fig. 8.

²⁰ Vide texto da licença da 2.^a edição (1595), em fig. 9. Esta licença surge repetida, quase

Perfeitamente claro, o conteúdo dos textos dos revisores, ao contrário do que pretende e sustenta Mendes de Almeida, exclui qualquer hipótese de esta ser uma primeira edição. Na verdade, este compêndio, incorporando novas matérias, devidamente autorizadas por uma “licença do que se acrescentou”, vem suprir algumas das lacunas ou omissões do primeiro epítome, saído em 1594 com uma tiragem que provavelmente terá sido reduzida, atendendo ao curto intervalo de tempo que medeia as duas impressões.

Com raras correções e alguns retoques sem importância num ou noutro título, esta edição, até ao capítulo dos verbos contratos, é igual à de 1594. As principais alterações ou novidades encontram-se a partir daqui, ou seja, na parte final do texto gramatical. De facto, para evitar as constantes remissões para as *Institutiones*, que se multiplicavam no fim da primeira edição, este renovado compêndio inclui a conjugação completa dos verbos βιάω e χρυσόω e todas as formas, para além do presente do indicativo, das quatro conjugações dos verbos em -μι. E ao último capítulo, que na edição de 1594 incluía apenas a classificação e pronúncia dos fonemas vocálicos e consonânticos, acrescenta novas questões de fonética (o espírito, os sinais de pontuação, os acentos, as regras da acentuação e algumas das abreviaturas mais comuns e sua descodificação), breves noções de prosódia (quantidade das sílabas) e ainda vários assuntos de morfologia (os numerais, o comparativo e o superlativo, a formação de nomes a partir de raízes verbais, a que chama *verbalia*, as preposições, os géneros dos nomes e algumas considerações sobre as seis conjugações)²¹. Mas a parte mais importante deste aditamento prende-se com uma súpula de preceitos sintáticos, inserida entre os assuntos de morfologia e que sugestivamente se designa “De constructione praecepta aliquot tyronibus ediscenda”. Sob este título, o responsável pela organização do epítome inclui, com o mesmo

ipsis verbis, no segundo volume das *Tusculanas* de Cícero (*M. T. Ciceronis Tusculanarum Quaestionum Liber Primus / Ad Brutum / De Contemnenda Morte*), impresso igualmente na tipografia de Simão Lopes, no ano de 1595.

²¹ Estes assuntos são retirados quase todos diretamente das *Institutiones*. No entanto, algumas questões aparecem pontualmente mais desenvolvidas e sistematizadas do que na gramática do brabantino, denunciando assim outras leituras da parte do desconhecido autor português. É o caso, e.g., dos capítulos “Litterarum Prolationes” (49v-50f), “De quibusdam graecis notulis & primo de spiritibus” (50v-51f.) ou “Generales accentuum canones” (52v-54v.).

teor e pela mesma ordem, os assuntos tratados por Clenardo na *Syntaxeos ratio*, a quarta e última parte das *Institutiones*²². Depois de uma primeira edição muito sucinta, a prática letiva nos colégios Jesuítas terá evidenciado, desde cedo, esta necessidade de inclusão de um breve capítulo de sintaxe bem como de outras questões de morfologia, assuntos que serão conservados, em grande parte, nas publicações seguintes.

2.3. A edição de 1608 e as que nela se filiam

A terceira edição do epítome português de que temos conhecimento foi impressa em Coimbra, na oficina de Pedro Crasbeeck, no ano de 1608, com um título que põe em destaque quer o seu estatuto de introdução gramatical quer ainda a sua dependência direta do compêndio de Clenardo: *Introductio in Graecam Linguam ex Institutionibus Grammaticis Nicolai Clenardi*²³.

A nota que sucede ao título (*Nunc mendis sublati multò quàm antea correctior*) associada ao texto do revisor João Correia, que fala de “acrescentamento que tem no cabo”²⁴, alerta o leitor para as alterações que vai encontrar: alguns conteúdos novos, várias correções sobretudo de ordem estrutural e uma ou outra supressão. No essencial, porém, o compêndio não se afasta muito da edição de 1595.



Fig. 10: *Introductio in Graecam Linguam ex Institutionibus Grammaticis Nicolai Clenardi*, Coimbra, na oficina de Pedro Crasbeeck, 1608.

²² Este capítulo, na gramática de Clenardo, encerra com a enumeração das diferentes preposições, suas regências e valores. No epítome português, esta questão foi deslocada para o fim dos assuntos de morfologia, mesmo antes de se dar início ao capítulo da sintaxe (57v.-58f.).

²³ Vide reprodução do frontispício, em fig. 10.

²⁴ Diz o seguinte o texto da revisão: “Reui esta Arte Grega com o acrescentamento que tem no cabo, & não achei nella cousa que offenda à Fè, ou bons costumes, pello que me parece que se pode, & deue imprimir outra vez. Em S. Roque 22. de Mayo. de 1608. Ioaõ Correia”. Segue-se, como nas anteriores gramáticas, o texto da autorização eclesiástica: “Vista à informação podese imprimir esta Arte, & depois d' impressa torne a este Conselho, pera se conferir & dar licença pera correr, & sem ella não correrà. Em Lisboa 24. de Mayo de 1608. Bertolameu da Fonseca. Ruy Pirez da Veiga”.

Começemos pelas alterações estruturais. Por forma a conferir mais lógica à sequência dos conteúdos, o autor português coloca as questões fonéticas logo no início, depois do alfabeto e antes das declinações, abandonando a exposição mais desenvolvida da edição de 1595 e regressando ao texto sucinto e claro da abertura das *Institutiones*. O artigo, que nos compêndios anteriores aparecia no fim da flexão nominal, mesmo antes da conjugação do verbo εἶμί, passa para o início do capítulo da morfologia, precedendo, assim, a primeira declinação, tal como nas atuais gramáticas²⁵. Por fim, as anotações de caráter geral sobre o pretérito e o futuro, bem como sobre as seis conjugações, que se encontravam no fim da edição de 1595, entre os *Rudimenta*, são agora colocadas no seu lugar natural, ou seja, a abrir a flexão dos verbos em -ω, tal como nas *Institutiones*.

À parte a substituição dos paradigmas dos verbos contratos da primeira e segunda conjugações que deixam de ser ποιέω e βοάω e passam a ser φιλέω e τιμάω, as principais novidades encontram-se “no cabo” do compêndio, que volta a integrar, como na 1.^a edição, as orações do Pai-Nosso e da Ave-Maria. Ignorando algumas das matérias da edição de 1595, reformulando e reordenando outras²⁶, o nosso autor apresenta três novos assuntos, relativos aos verbos irregulares e impessoais: “Verba anomala” (51v.-55f.), “Annotationes in verba” (55f.-56f.) e “Impersonalia quaedam” (55v.-56f.).

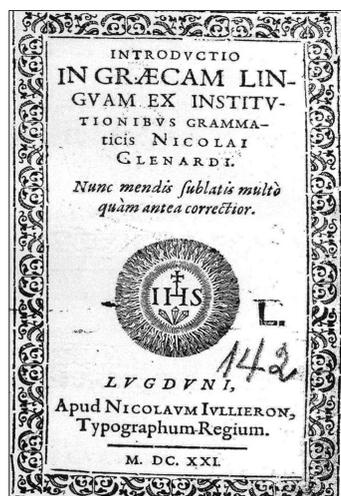


Fig. 11: *Introductio in Graecam Linguam ex Institutionibus grammaticis Nicolai Clenardi*, Lugduni, Apud Nicolaum Jullieron, 1621.

²⁵ Nas *Institutiones*, encontra-se entre os pronomes e os advérbios, o seu lugar natural, de acordo com a ordem estabelecida, no início do compêndio, para as oito partes da oração.

²⁶ Da edição de 1595, possivelmente por não serem de fulcral importância, foram ignorados os capítulos “De στίγμασι, seu punctis graecorum aliusque notis”, “De accentibus” (bastava o que se mencionava em “Generales accentuum canones”), “De generibus nominum” e “De syllabarum quantitate & carminum ratione”. Reformulados, para além das já referidas questões de fonética, foram o texto relativo aos graus dos adjetivos e o capítulo de sintaxe designado “De constructione”.

Não obstante focarem aspetos tratados no capítulo “Investigatio Thematicis in verbis anomalis” das *Institutiones*, a forma como surgem organizados e o facto de apresentarem uma diferente listagem de exemplos denunciam a influência de outras leituras que não nos foi possível identificar.

Mais bem estruturada do que as anteriores, como prova a descrição feita, esta edição, pelo que conseguimos apurar, voltou a ser publicada, sem alterações e com o mesmo título e a mesma licença, três vezes mais: duas delas em Lyon, *Apud Nicolaum Jullieron*, nos anos de 1621²⁷ e 1622; e uma outra, só em 1712, em Coimbra, na tipografia do Colégio das Artes²⁸.

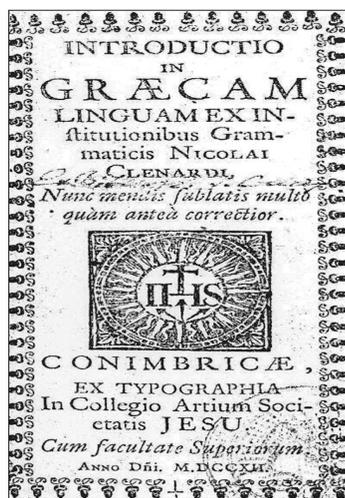


Fig. 12: *Introductio in Graecam Linguam ex Institutionibus grammaticis Nicolai Clenardi*, Coimbra, Colégio das Artes, 1712.

O recurso a editores estrangeiros talvez se explique pela “extrema penúria de typos gregos” nas tipografias portuguesas, em grande parte do século XVII. Como refere Frei Fortunato de S. Boaventura, por causa de tal escassez, em certos casos, “foi necessario ao Impressor aproveitar os Latinos em hum crescido numero de palavras Gregas, o que denota o lamentavel desuso, em que tinham cahido taes applicações”²⁹. Já o hiato de nove décadas entre as edições de Lyon e a de Coimbra talvez se deva à conjugação de dois fatores: o uso de outros compêndios, necessariamente estrangeiros, associado a um decréscimo no interesse pelo estudo do Grego no século XVII.

Esse interesse terá aumentado no início do século seguinte. De facto, Frei Fortunato de S. Boaventura³⁰, bem como Lopes de Mendonça³¹ e o P.^e António Ignácio Coelho de Moraes³², que o citam, além da já referida

²⁷ Vide reprodução do frontispício, em fig. 11.

²⁸ Vide reprodução do frontispício, em fig. 12.

²⁹ BOAVENTURA, 1823, p. 42.

³⁰ *Ibid.*, p. 36 e 43.

³¹ *Annaes das Sciencias e Lettras*, Lisboa, 1857, p. 128-129.

³² BGUC, códice 1485, caderno E, capítulo 9.^o. Muito provavelmente, este manuscrito

edição de 1712, falam ainda de publicações saídas em 1702 e em 1729, no Real Colégio das Artes. Infelizmente, não conseguimos localizar nenhum destes compêndios. Se existiram, o que face a estes testemunhos é bastante provável, tudo leva a crer que fossem iguais à edição de 1608, à semelhança da de 1712, ou, então, que dela não se afastassem muito.

3. *Da Gramática de João Jacinto de Magalhães*

Estes compêndios não só começaram a ser menos usados como deixaram de o ser, na década de cinquenta do século XVIII, quando Sebastião José de Carvalho e Melo, depois de ter expulsado os jesuítas, tidos como responsáveis pela decadência do estudo das Letras, por persistirem no uso de métodos inadequados e fastidiosos, empreendeu uma Reforma do ensino secundário que colhia a influência das correntes pedagógicas em voga pela Europa.

Para esta nova escola, agora sob a alçada do Estado, estipulava-se, no Alvará Régio que a instituíu, um método reduzido aos termos simples, claros e de maior facilidade³³, que acabou por implicar a escolha e adoção de manuais mais adequados a esta nova filosofia educativa. Assim, para o estudo da língua grega, as *Instruções* — o texto regulamentador da Reforma —, para além da coleção de Patuza e do Dicionário de Kornelis Schrevel, determinavam, no seu § 4, o uso do “Epitome de Porto-Real traduzido em Portuguez, onde tem as regras mais breves, mais claras e mais solidas, que em outro qualquer”³⁴. Da tradução e elaboração deste compêndio, que saiu no ano seguinte (1760), dos prelos de F. Didot, em Paris, com o título *Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto-Real, composto na Lingoa Portugueza para uzo das Novas Escolas de Portugal*, foi incumbido João Jacinto de Magalhães³⁵.

Nascido a 4 de Novembro de 1722 em Aveiro, no seio de

data de 1880. Cf. RAMALHO, A. Costa; NUNES, J. Castro. *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Relativo à Antiguidade Clássica*. Coimbra: FLUC, 1945, p. 101-102.

³³ ANDRADE, A. A. Banha de. *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981. v. 2. p. 80.

³⁴ ANDRADE, 1981, v. 2, p. 90, onde aparecem transcritas estas palavras das *Instruções para os Professores de Grego*, com data de 28 de Junho de 1759.

³⁵ *Vide* reprodução do frontispício, em fig. 13.

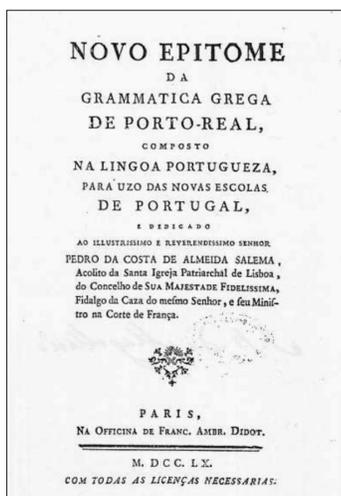


Fig. 13: *Novo Epítome da Grammatica Grega de Porto-Real, composto na Língua Portuguesa para uso das Novas Escolas de Portugal*, Paris, F. Didot, 1760. (BGUC: 4A-8-6-27)

uma família que “se brasonava de contar nos antepassados o navegador Fernão de Magalhães”³⁶, João Jacinto foi, desde o dia em que entrou para o Colégio da Sapiência (21.6.1733) da Congregação dos Cónegos Regrantes, com pouco mais de dez anos, um eterno “desterrado”, ora no seu próprio país, ora fora dele, em França e em Inglaterra³⁷. Assim, não considerada a infância, passada provavelmente no Alboi ou na Quinta da Graciosa, em Aveiro, podemos repartir a vida de Magalhães por três ciclos, cada qual marcado pelo desenvolvimento de atividades distintas, “numa dinâmica de existência — como bem sublinha Zília Osório de Castro — integrada no evoluir da História” portuguesa e europeia³⁸: a fase monástica e de formação humanística e científica (Coimbra, 1733-1754); a fase do tradutor ou do cientista frustrado (Paris, 1756-1763); a fase do cientista universalmente reconhecido (Paris/Londres, 1764-1790).

Ora é precisamente nos “anos de Paris” (1756-1763) que João Jacinto de Magalhães escreve/traduz, por encomenda, como referimos já, o *Novo Epítome de Grammatica Grega de Porto-Real, composto na Língua Portuguesa para uso das Novas Escolas de Portugal*, um instrumento didático que, servindo os desígnios do projeto pombalino para a restauração do ensino do Grego, só no ano seguinte ao da publicação das *Instruções* estaria ao dispor dos escolares.

3.1. Uma gramática para servir os objetivos da reforma pombalina

³⁶ CARVALHO, Joaquim. *Obra Completa, V: História e Crítica Literárias*. História da Ciência. Lisboa: FCG, 1987, p. 689.

³⁷ Com apenas 21 anos, João Jacinto de Magalhães professou, na Congregação dos Cónegos Regrantes, com o premonitório nome de Fr. João de Nossa Senhora do Desterro.

³⁸ CASTRO, Zília Osório. João Jacinto de Magalhães: ‘luzes’ e ‘trevas’ do pombalismo. In: JOÃO Jacinto de Magalhães. *Conference on Physical Sciences in the XVIII Century*. 7-10 November 1990. Coimbra: Museu da Física da Universidade de Coimbra, 1994, p. 207.

O primeiro intento desta obra, testemunha o autor, nas palavras iniciais do prólogo, “foi traduzir precisamente o Epitome de Grammatica de Porto-Real”, ou seja o *Abregé de la Nouvelle Méthode* de Lancelot, conforme lhe haviam recomendado, presumivelmente, os promotores da Reforma que consideravam, no § 4 das *Instrucçoens*, que o método do francês tinha “as regras mais breves, mais claras e mais solidas do que em outra qualquer”³⁹.

Magalhães, porém, rapidamente reconheceu que “este trabalho seria quazi inutil a quem não tivesse à mão o grande Methodo, donde elle he tirado” (p. V)⁴⁰, porquanto o *Abregé*, destinado a uma rápida progressão dos que se iniciavam no estudo da língua grega, era demasiado sucinto e omisso, apresentando apenas de forma breve as matérias relativas à parte da gramática que Lancelot designa ora por “etimologia” ora por “analogia” e que nós hoje comumente denominamos “morfologia”⁴¹. O estudo da sintaxe, aqui ignorado, bem como o aprofundamento de matérias

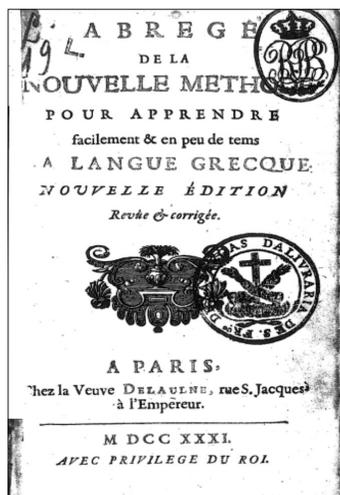


Fig. 14: LANCELOT, C. *Abregé de la Nouvelle Méthode*, Paris, Chez la Veuve Delaulne, 1731. (BNL: L. 19P)

³⁹ A conveniência de estudar por compêndios que fossem breves e claros era defendida já pelo autor da *Minerva* (1562), Francisco Sánchez, o Brocense. Do epitome de Lancelot que designaremos, a partir de agora, apenas por *Abregé*, apresentamos, em fig. 14, o frontispício de uma edição revista e corrigida, publicada em Paris, em 1731.

⁴⁰ Magalhães refere-se ao compêndio de LANCELOT. *Nouvelle Méthode pour apprendre facilement la Langue Grecque*, publicado pela primeira vez em Paris, em 1655, e que, de forma abreviada, passaremos a designar por *Méthode*. Para o nosso estudo, servimo-nos de uma edição de 1754, revista e aumentada, da qual reproduzimos o frontispício, em fig. 15.

⁴¹ Apesar de dividir o seu *Méthode* em nove livros, Lancelot, no capítulo primeiro do livro primeiro (p. 2), adota a divisão ramista da gramática em duas grandes secções: “Les parties de la Grammaire Grecque, soit prise en general selon la Langue commune, soit prise en particulier selon ses Dialectes, sont deux, sçavoir, l’Étymologie & la Syntaxe. L’Étymologie traite des mots séparés, & la Syntaxe en considere la liaison & la structure qu’ils peuvent former dans le discours”. O autor volta a reafirmar esta bipartição gramatical mais à frente, na p. 390, e no *Abregé*, p. 196. Sobre esta matéria, veja-se DONZÉ, Roland. *La Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal: Contribution à l’histoire des idées grammaticales en France*. Berna: Francke, 1967, p. 10-11.

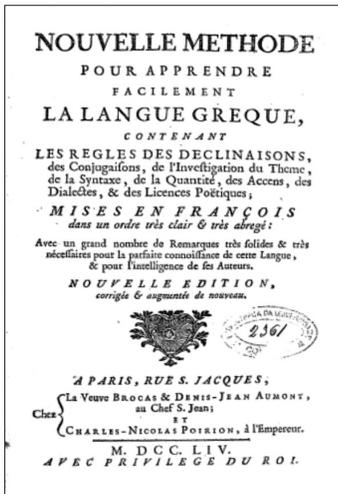


Fig. 15: LANCELOT, C. *Nouvelle Méthode pour apprendre facilement la Langue Grecque*, Paris, 1754. (BGUC: 4-1-30-6)

já abordadas, remete-os Lancelot para o patamar seguinte da aprendizagem, onde os escolares teriam de utilizar já “la Nouvelle Méthode entiere”, conforme refere na “advertência ao leitor”⁴².

Face a esta escassez de assuntos tratados no epítome de Lancelot, Magalhães, apoiando-se no “parecer de pessoas bem entendidas”, resolveu desviar-se ligeiramente do rumo proposto, elaborando um ‘novo’ método que, partindo do *Abregé*, não fosse como ele tão sucinto, nem tão extenso como o *Méthode*⁴³. Assim, procurando manter a clareza e não perder em concisão, dois “requisitos essenciais” do que define como “Methodo didascalico” (p. VIII), retocou pontualmente os diferentes capítulos da morfologia (p. II-V), sobretudo aqueles relativos

à flexão verbal (p. III e IV), introduzindo-lhes referências às formas dialetais e muitas outras informações de pormenor que traduziu integralmente ou que retirou de forma resumida, reelaborada e esquematizada do *Méthode* do beneditino. E, não descurando nunca a brevidade, princípio básico de qualquer epítome, ampliou ainda esta parte da gramática, acrescentando-lhe um simples parágrafo sobre a “investigação do Thema”, que resume o capítulo com o mesmo título do compêndio de Lancelot⁴⁴, e ainda uma tábua alfabética dos verbos defectivos (bem mais sucinta que a do *Méthode*), que extraiu da *Nouvelle abregé de la grammaire grecque* de Nicolas Furgault, “expurgada de hum grande numero de erros e faltas, que tinha no Original”⁴⁵. Foi desta

⁴² LANCELOT, C. *Abregé de la Nouvelle Méthode pour apprendre facilement & en peu de tems la langue grecque*. Paris, 1754, p. 6.

⁴³ Cf. MAGALHÃES, J. Jacinto. *Novo Epítome de Grammatica Grega de Porto-Real, composto na Língua Portuguesa para uso das Novas Escolas de Portugal*. Paris: F. A. Didot, 1760, p. V-VI.

⁴⁴ *Méthode*, p. 316-352. Cf. MAGALHÃES, 1760, p. 255-259.

⁴⁵ *Ibid.*, p. VII. Para elaborar a sua “Tabua alphabetica dos verbos defectivos, os mais comuns” (p. 259-267), Magalhães socorre-se da “Table alphabétique des verbes défectifs et irréguliers les plus communs, avec les Temps qu’ils empruntent des Verbes

última gramática, ao tempo muito usada nas escolas de Paris, que traduziu, com adaptações e com outra ordem, todo o capítulo da sintaxe (uma recopilação do livro VI do *Méthode*) que não fora incluído no *Abregé*, como referimos já, e que muita falta fazia aos alunos que não pretendiam quedar-

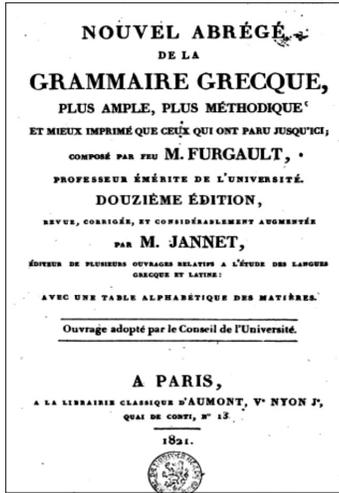


Fig. 16: FURGAULT, N. *Nouvelle abregé de la grammaire grecque*, Paris, Aumont, 1821.

se pelo primeiro estágio da aprendizagem da língua grega⁴⁶. Por último, inovando, acrescentou ao seu epítome não só um apêndice com tábuas sistematizadoras das declinações e dos verbos e um resumo dos dialetos e das figuras, mas também, e sobretudo, todo o capítulo sétimo, onde trata com maior rigor dos acentos e suas regras, dos espíritos, da quantidade das sílabas, da pontuação, e da que considera ser a mais adequada pronúncia dos caracteres gregos⁴⁷.

Mas no essencial, apesar de todos estes aditamentos, alterações e inovações, Magalhães manteve-se fiel aos princípios didático-pedagógicos de Lancelot, que coincidem muito com os propostos pelas *Instruçãoens*. Tal como o francês, reporta tudo,

inusités”, inserida na *Nouvelle abregé de la grammaire grecque* (p. 177-192), que Nicolas Furgault (1706-1795), professor no Colégio de Mazarin e na Universidade de Paris, publicou pela primeira vez, em Paris, no ano de 1746. Reproduzimos a portada da edição de 1821 (fig. 16).

⁴⁶ O nosso autor terá optado por traduzir o capítulo de sintaxe desta gramática, porque este pequeno capítulo, não se afastando do exposto no livro VI do *Méthode*, era mais simples e conciso. Cf. MAGALHÃES, 1760, p. 279-313 (“Compendio da Sintaxe Grega”) e FURGAULT, 1821, p. 195-268 (“Abrégé de la Syntaxe Grecque”).

⁴⁷ MAGALHÃES, op. cit., p. 313-372. Neste domínio específico da pronúncia, Magalhães esclarece em nota de rodapé, nas p. VII e VIII do prólogo, que a doutrina por si seguida resulta do muito que aprendeu nas viagens, a que chamou ‘tour philosophique de l’Europe’ (cf. *Extrait du Journal Étranger du mois d’Avril 1760*, BGUC: Misc. 620, n.º 9863, p. 4), que, entre 1756 e 1760, fez por diversas partes da Europa. O que, com clareza, expõe e propõe, neste capítulo, resulta da “combinação dos restos da antiga pronúncia que os melhores Authores nos expoem, com o que ainda se conserva nas escolas publicas daquelle paiz [Grécia], e com a maneira com que presentemente se pronúncia a lingoa vulgar” (p. VIII. nota). Registe-se que esta pronúncia, apresentando alterações em relação à de Lancelot, aproxima-se muito da que hoje usamos nas nossas escolas, como se pode ver pelo exposto nas p. 10 e 349-353 do epítome de Magalhães.

através de uma abordagem racional da linguagem, a princípios gerais⁴⁸, ora sistematizando as matérias em quadros, “onde com huma vista de olhos se vê toda a dedução” dos assuntos⁴⁹, ora resumindo em regras sucintas e versejadas os conteúdos gramaticais, para uma mais fácil e rápida memorização. Escritas em hendecassílabos imperfeitos, disticamente rimados, sem que houvesse da parte do autor qualquer cuidado com a sua harmonia⁵⁰, estas mnemónicas de cariz lúdico são não uma tradução mas uma adaptação, por vezes abreviada, dos versos de oito sílabas de Lancelot, como se pode verificar pelo confronto destes dois exemplos:

REGLE VI.

*Des syllables capables d' accent
(Lancelot, Abregé, p. 22)
L' aigu peut en trois lieux passer,
Sur breve ou longue se placer.
Le circonflexe une longue aime,
En la dernière ou pénultième.
Le grave à la fin seule est vû
Dans le discours, & pour l' aigu.*

Regra VI.

*Das syllabas capazes de têr Acento.
(Magalhães, Novo Epitome, p. 15)*

1. Tem trez postos o Agudo em longa, ou breve:
2. Os dois do fim o circunflexo deve
 Có'a longa só guardar: e discorrendo
3. Vou no fim por agudo o grave vendo.

Apresentando rima emparelhada, como os versos de Lancelot, as mnemónicas de Magalhães eram escritas em decassílabos, não porque fosse

⁴⁸ Cf. LANCELOT, *Abregé*, p. 6; e *Méthode*, p. XIX.

⁴⁹ MAGALHÃES, 1760, p. VIII. Cf. LANCELOT, *Abregé*, p. 5; e *Méthode*, p. XVI.

⁵⁰ MAGALHÃES, loc. cit., confirma-o, ao escrever: “a harmonia dos Versos não foi o meo maior cuidado, visto não serem mais que um puro mecanismo da memoria artificial; para cujo fim basta que a cadencia das rimas, e uma tal ou qual medida dos pez, afaguem hum pouco o ouvido”.

esse o ritmo mais sensível ao ouvido e o mais adequado à memorização (esse seria certamente o de redondilha maior), mas pela necessidade de dispor de mais sílabas para melhor explicar os mesmos conceitos gramaticais contidos no original francês. Convém sublinhar, contudo, que estes decassílabos, porque apresentam os seus acentos rítmicos predominantemente nas 6.^a e 10.^a sílabas, acabam por ter uma “musicalidade ondulante” que associada à cadência das rimas, confere a estas regras de cariz didático uma toada típica de “cantilena”, propícia a uma mais fácil memorização. Mesmo que Magalhães, conforme confessa no prefácio, tenha descurado a harmonia de alguns versos que, por vezes, apresentam métrica irregular ou rimas repetitivas e pouco elaboradas entre palavras com o mesmo radical ou entre estruturas de igual valor morfológico, o objetivo das suas mnemónicas de amenizar e de abreviar o esforço de retenção das principais regras gramaticais não ficava invalidado. Até porque, seguindo de perto Lancelot, não deixou só à versificação o encargo de auxiliar a memória. Nas suas regras, que são essencialmente descritivas, muitas há que invocam a compreensão e a razão do aluno, pelo recurso à etimologia, à analogia e à comparação, o que lhe permite estabelecer cadeias de relações entre formas ou fenómenos linguísticos que apresentam pontos de contacto ou semelhanças. Nos casos em que a regra podia ser menos inteligível, dada a sua concisão, o aluno, tal como acontecia no método de Lancelot, devia recorrer às explicações dos exemplos ou então ao uso e prática dos autores, na medida em que, como sublinha Magalhães, “só o caminho da tradução e da continuada lição e observação dos AA., he o melhor (por não dizer o unico) que há, para chegar a bem saber Grego, ou outra qualquer das Lingoas mortas”⁵¹.

Neste aspeto particular das regras versejadas, o nosso autor, de harmonia, aliás, com as muitas alterações que introduziu sobretudo nos capítulos da flexão verbal, por nós já referidas, fez também alguns aditamentos, acrescentando algumas regras que retirou do *Méthode* e que não apareciam no *Abregé*⁵², associando a outras “alguns preceitos principais, que o original somente explicava na proza dos Exemplos”⁵³ e, ainda, inventando

⁵¹ MAGALHÃES, 1760, p. XVI.

⁵² Foi o caso das regras 13, 28 e 38 do capítulo III, que correspondem, respetivamente, às regras 21, 44 e 61 do livro III do *Méthode*.

⁵³ MAGALHÃES, op. cit., p. VI. Entre as regras que apresentam pequenos aditamentos

mnemónicas, nos casos em que Lancelot as não tinha criado, para sintetizar assuntos que entendia importantes⁵⁴. Mas, por forma a estabelecer o equilíbrio e a manter a sempre almejada concisão, Magalhães ignorou oito regras do *Abregé*⁵⁵, expurgou de outras trinta “muitas miudezas menos necessárias, que as podião fazer mais embaraçadas”⁵⁶, explicou em prosa matéria contida nas regras de Lancelot sem as transcrever⁵⁷ e, por fim, em oito casos, aglutinou numa só duas ou mais mnemónicas do gramático francês⁵⁸.

A vertente lúdica destas regras versejadas enquadrava-se numa nova metodologia de ensino preconizada pela Reforma, que se pretendia fácil, rápida, agradável e adequada à idade dos escolares; um ensino que, servindo-se do vernáculo como língua de explicação gramatical e de comunicação nas aulas, amenizava o esforço da aprendizagem, até então considerada muito lenta e penosa⁵⁹.

da responsabilidade de Magalhães contam-se as 31 e 49 do capítulo III (cf. *Méthode*, regras 46 e 75; e *Abregé*, regras 29 e 55), bem como as 5 e 12 do capítulo IV (cf. *Méthode* e *Abregé*, regras 6 e 15).

⁵⁴ Da autoria de Magalhães são as mnemónicas 26, 27, 29, 30, 39, 41 e 42 do capítulo III e 20 do capítulo IV.

⁵⁵ Do *Abregé*, Magalhães ignorou as regras 9 (=9 do *Méthode*), 33 (=50 do *Méthode*), 39 (=57 do *Méthode*), 40 (=58 do *Méthode*), 41 (=59 do *Méthode*), 42 (=60 do *Méthode*) do livro III e as regras 1 (=1 do *Méthode*) e 2 (=2 do *Méthode*) do Livro V (~ livro VI do *Méthode*).

⁵⁶ MAGALHÃES, 1760, p. VI. A regra 6 do capítulo I, de que apresentamos, *supra*, a versão francesa de Lancelot, é uma das muitas adaptações abreviadas e expurgadas de particularidades gramaticais desnecessárias. Outras são a 3 do capítulo I; as 2, 6, 7, 12, 14, 17, 19 e 20 do capítulo II; as 4, 5, 6, 10, 11, 19, 20, 23, 34, 36, 37, 38, 43, 44, 47 e 50 do capítulo III; e as 1, 11, 15 e 19 do capítulo IV.

⁵⁷ As mnemónicas do *Méthode* não transcritas e explicadas em prosa por Magalhães são a 10 (p. 105), a 12 (p. 106), a 16 (p. 110), a 37 (p. 130), a 42 (p. 134), a 43 (p. 140) e a 69 (p. 181) do livro III e a 1 (p. 275-276) e 2 (p. 273-274) do livro VI.

⁵⁸ MAGALHÃES, op. cit., p. VI, afirma que reduziu as 134 regras do *Méthode* a 101, eliminando, com isso, 33 regras e mais de 150 versos. As suas contas, porém, estão erradas, como se pode verificar em MORAIS, C. As mnemónicas no ensino do grego em Portugal (séc.s XVIII e XIX). *Agora. Estudos Clássicos em Debate*, Aveiro, n. 2, p. 45-100, 2000. Aliás, basta pensar que, em doze das suas regras, o nosso autor congrega e adapta 25 das mnemónicas do *Abregé* de Lancelot. É o caso das regras 20 (~ 21 e 22 do *Abregé*), 32 (~ 30 e 31 do *Abregé*), 34 (~ 34 e 35 do *Abregé*), 35 (~ 36 e 37 do *Abregé*), 37 (~ 43 e 44 do *Abregé*), 43 (~ 46 e 47 do *Abregé*), 44 (~ 48 e 49 do *Abregé*) e 48 (~ 53 e 54 do *Abregé*) do capítulo III, e ainda das 2 (~ 2 e 3 do *Abregé*), 11 (~ 12, 13 e 14 do *Abregé*), 15 (~ 18 e 19 do *Abregé*) e 22 (~ 25 e 26 do *Abregé*) do capítulo IV.

⁵⁹ No § 16 das *Instruções de Latim* diz-se expressamente que “não approvão os homens instruidos nesta matéria o falar-se latim nas Classes, pelo perigo que ha de cahir em infinitos barbarismos, sem que aliás se tire utilidade alguma do uso de fallar”. *Vide*

Com esta inovação, o Latim cedia o seu lugar à língua materna que, assim, passava a ter importância primordial em todo o processo educativo. Daí que Magalhães, no prólogo da sua Gramática, se mostre preocupado com a questão da ortografia da língua portuguesa e da sua normalização. Pretendia ele uma ortografia que, não sendo tão arrojadada como a de Verney, se afastasse da etimologia das palavras e fosse menos afetada, a fim de melhor se enquadrar nestes tempos de mudança⁶⁰. Esta era, por isso, como refere na p. IX do Prólogo, a altura ideal para se proceder à sua reforma: “[...] agora, na venturoza restauração dos nossos Estudos, he a melhor ocasião de cuidarmos nesta grande obra, e fazer que desde esta epoca se principie a contar a Idade Aurea da nossa Lingoa”.

Deixa entender esta afirmação que João Jacinto de Magalhães, nesta altura, se mostrava profundamente empenhado no projeto reformador de Pombal, do qual conhecia bem os objetivos, bem como todas as normas exaradas no articulado das *Instruções*, conforme se pode constatar pelas páginas finais do prólogo da sua gramática, onde apresenta o melhor método “para em pouco tempo aproveitar muito”⁶¹.

Embora se detenha um pouco mais nos estudos introdutórios, as etapas que preconiza para mais rapidamente se chegar ao entendimento e tradução dos autores gregos, o campo ideal para se rever e consolidar a gramática (p. XIII; § 4)⁶², são as mesmas que encontramos no texto pom-

ANDRADE, 1981, v. 2, p. 88. Com este princípio pedagógico, defendido já no século XVI pelo Brocense, que considerava que *latine loqui corrumpit ipsam latinitatem*, e adotado no século XVII pelos jansenistas, procurava evitar-se também que o aluno partisse do incompreensível para o desconhecido.

⁶⁰ No prólogo, MAGALHÃES, 1760, p. IX-X, confessa que “não tivera muita duvida, em seguir grande parte da ortografia, que-nos propoz o famoso Author do *Verdadeiro Methodo de estudar*: porem [receou] ofender os olhos mal acostumados com huma novidade pouco seguida”. Por essa razão, na sua gramática, foi “tal vez mais etimologista do que queria”, usando “muitas letras escuzadas” e dobrando “outras que não devêra”. Foi certamente devido a este arrojado da *Ortografia* de Verney – a obra recomendada pelas *Instruções de Latim* (§ 11) – que Magalhães entendeu dever redigir uma outra ortografia, porventura menos arrojadada, que nunca chegou a ser publicada, por falta de meios. *Vide* LEMOS, Maximiano. Portugueses illustres em França: Soares de Barros, João Jacintho de Magalhães e Ribeiro Sanches. *Boletim da Segunda Classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, n. 3, p. 447, 1910.

⁶¹ MAGALHÃES, op. cit., p. XIII. O método é explanado na sua totalidade, entre as p. X e XVI.

⁶² A numeração romana remete para as páginas do prólogo do compêndio de Magalhães.

balino: em primeiro lugar, pronunciar bem as consoantes, as vogais e os ditongos (p. XI e XIV; § 3)⁶³; depois, estudar as declinações, “sem se dilatar com os Dialectos, nem com outras Advertencias que ordinariamente vão em character piqueno” (p. XI; § 4); e, logo de seguida, aprender os verbos (p. XI e XII; § 4)⁶⁴.

Também os autores que recomenda, ordenados e selecionados⁶⁵ de acordo com as dificuldades de cada grau de ensino, e expurgados do que “póde prejudicar á educação e bons costumes dos discipulos” (p. XV)⁶⁶, são, em parte, coincidentes: Evangelho de S. Lucas, Atos dos Apóstolos, Diálogos de Luciano, Carateres de Teofrasto, Xenofonte e, para os mais avançados, Homero (p. XIII e XIV; § 4 e 8)⁶⁷.

No que concerne a questões de índole mais pedagógica, a sintonia com as *Instruçoens de Grego* é também notória. Neste domínio, João Jacinto sugere que se ensine com agrado e não se intimide os alunos com as dificuldades da língua, porque, em boa verdade, diz-nos o nosso autor, elas são muito poucas, quando o método é bom (p. XIV e XV; § 2)⁶⁸. E mais recomenda que não se ocupe o tempo dos alunos “com os *themas*

A numeração árabe para os parágrafos das *Instruçoens de Grego* que se encontram em ANDRADE, 1981, v. 2, p. 90-92.

⁶³ Cf. ROLLIN, Charles. *Traité des Etudes ou de la manière d'enseigner et d'étudier les Belles-Lettres*. Paris: Chamerot, 1854, p. 171.

⁶⁴ Cf. ROLLIN, 1854, p. 171, e VERNEY, L. António. *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Sá da Costa, 1949, p. 254. Antes de chegar à tradução dos autores mais fáceis, Magalhães, ao contrário das *Instruçoens*, recomenda que se demore no estudo circunstanciado dos verbos e da sintaxe (cf. p. XII e XIII).

⁶⁵ VERNEY, 1949, p. 256, também aconselhava que se lessem “os autores saltados por não enfatiar os rapazes”.

⁶⁶ Cf. *Instruçoens de Latim* § 18, em ANDRADE, 1981, v. 2, p. 88.

⁶⁷ Magalhães apresenta outros autores que não figuram nas *Instruçoens*, mas que irão ser incluídos na *Selecta Optimorum Graecae Linguae Scriptorum*, uma antologia de prosadores que o P.^c Custódio José de Oliveira vai publicar mais tarde (1773-1776; reimpr. 1806-1807), por determinação do alvará de 17 de Julho de 1772, em substituição da seleta de Patusa. A seleta dos poetas (*Selecta ex Graeca Linguae Poetis*) só sairá dos prelos da Universidade de Coimbra, em 1830. Sobre este assunto, veja-se COSTA, M. H. Teves. Livros escolares de Latim e de Grego adoptados pela Reforma Pombalina de Estudos Menores. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Lisboa, v. 14, p. 303-304, 1979. Também ROLLIN, 1874, p. 172, e VERNEY, 1949, p. 255-256, recomendam sensivelmente os mesmos autores.

⁶⁸ Cf. ROLLIN, op. cit., p. 170. VERNEY, op. cit., p. 254, de igual forma, afirma que o estudo do Grego não é “tão embaraçado como o pintam”.

[retroversões], nem com outras composições na Língua Grega”, porque mostra a experiência “o pouco ou nenhum fruto que dellas se tira” (p. XV; § 7)⁶⁹. A “versão” (tradução) e boa explicação dos autores, na sua opinião, “he o melhor [caminho] (por não dizer o unico) que há, para chegar a bem saber o Grego” (p. XVI; § 7)⁷⁰.

Com este método, que se ajusta nitidamente às modernas teorias pedagógicas e ao espírito da reforma instaurada por Pombal para o ensino do Grego, João Jacinto de Magalhães, convicto da utilidade da sua obra, afirma-se esperançado de que ela seja bem aceite “pelos que, sem paixão nem parcialidade, a examinaem” (p. X).

Não imaginava, então, o autor as controvérsias que viriam a marcar os primeiros tempos da sua existência e circulação. Publicada em Paris, na oficina de F. Didot, ou por falta de caracteres gregos nas tipografias portuguesas, ou por falta de tipógrafos que com eles soubessem trabalhar, ou simplesmente porque era nessa cidade que se encontrava João Jacinto de Magalhães à data da sua produção⁷¹, a um número incerto de exemplares foram arrancados o frontispício e a carta dedicatória a Pedro da Costa de Almeida Salema, um texto em que o autor dá testemunho da sua gratidão pelo inextinguível apoio do embaixador aos seus trabalhos (p. III e IV). Em seu lugar, foi colocada uma outra folha de rosto (sem nome de editor, nem dedicatória⁷², e com alteração

⁶⁹ ROLLIN, 1874, p. 176, admite os ‘temas’, mas só de tempos a tempos e em classes mais avançadas.

⁷⁰ Cf. *Ibid.*, p. 171.

⁷¹ BOAVENTURA, 1823, p. 42, fala de “extrema penuria de typos gregos” e do seu “lamentavel desuso” nas tipografias dos séculos XVII e XVIII, corroborando a opinião de António Ribeiro Santos, que, em “Memoria sobre as origens da typografia em Portugal no século XV e XVI”, separata de *Memorias da Litteratura Portuguesa, pela Academia Real de Sciencias de Lisboa*, n. 8, p. 82, 1812, sustenta que a tipografia grega “não medrou muito entre nós, vindo por fim a esmorecer, e quasi a acabar de todo nos fins daquelle Seculo [XVI] com grande detrimento dos estudos da Nação”. Contudo, a impressão da gramática de Clenardo, nos princípios dos séculos XVII e XVIII, infirma em parte estas afirmações. Ao contrário daqueles estudiosos, pensamos que, por volta de 1759, caracteres gregos haveria em algumas tipografias portuguesas, como o atestam os documentos 73, 82 e 88, transcritos por ANDRADE, 1981, v. 2, p. 171, 177 e 183. O que não haveria com certeza era tipógrafos preparados para com eles trabalhar. Daí a necessidade que teve o P.^o Custódio José de Oliveira de, anos mais tarde, em 1803, publicar a *Diagnosis especifica dos caracteres de cada huma das tres linguas Grega, Hebraica, e Arabiga para servir de instrução aos compositores, e aprendizes da impressão regia*.

⁷² O confronto dos vários espécimes que analisámos permite-nos confirmar que a obra é a mesma, mudando apenas a folha de rosto que, apresentando, ao contrário da de



Fig. 17: *Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto-Real, composto na Lingoa Portugueza para uzo das Novas Escolas de Portugal*, Lisboa, 1760. (BPMP: M-8-64)

da cidade editora e data bem visível⁷³), com os seguintes dizeres: *Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto Real acomodado na lingua portugueza, para uzo das novas escolas, por mandado de sua Magestade Fidelissima Elrei D. Joze o I nosso senhor. Lisboa, com todas as licenças necessarias, M DCC LX.*

Esta excisão, feita já depois de a gramática ter começado a circular, provavelmente no ano seguinte ao da sua edição, teve como consequência imediata a eliminação do nome do autor impresso no fim da carta dedicatória, causa de catalogações incorretas que ainda hoje persistem nas nossas bibliotecas. Dos vários exemplares que compulsámos, dois, contudo, escaparam a esta devassa, conservando ainda a carta dedicatória. Um pertenceu a José Caetano de Mesquita, professor de Retórica⁷⁴.

O outro, da livraria da Congregação do Oratório do Porto, apresenta, logo no início, a seguinte nota manuscrita: “Este exemplar conserva-se na Est. por trazer uma carta, que não vem no outro da m.^{ma} data”⁷⁵.

Embora não saibamos ao certo as razões, pensamos que tal censura se terá devido ou a intrigas que eventualmente Magalhães terá engendrado contra Salema⁷⁶, ou — hipótese mais provável — ao facto de uma obra feita

Paris (fig. 1, p. 259), uma mancha igual à do texto (135x72), é impressa com caracteres de outra ‘família’, em papel com textura e coloração nitidamente diferentes. *Vide* reprodução da portada desta edição (BPMP: M-8-64), em fig. 17.

⁷³ Porque apresentava uma folha de rosto com formato maior do que o resto do texto (171x85), a ‘edição de Paris’, ao ser aparada, perdeu a data na maior parte dos exemplares. Dos que consultámos, um (BGUC: 4A-8-6-27) apresenta a data bem visível, porque o encadernador teve o cuidado de dobrar a folha, antes de aparar o livro (*vide* anexo, fig. 13). Noutro, pertença da livraria de Carnide (BGUC: 1 (23)-12-194), alguém, à falta de data no rosto, escreveu a tinta, no fim, ‘Anno de 1760’.

⁷⁴ Exemplar existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (SP-Ad-1-18), oriundo do Real Colégio de S. Pedro.

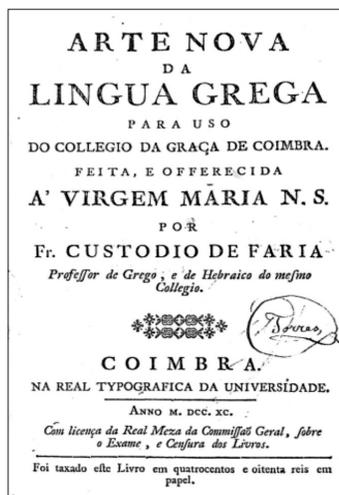
⁷⁵ Este espécime, do qual reproduzimos o frontispício, em fig. 17, pode ser consultado na Biblioteca Pública Municipal do Porto (M-8-64).

⁷⁶ Dois factos, se conjugados, tornam esta hipótese verosímil. Antes de mais, Jacinto de

Fig. 18: FARIA, F. Custódio. *Arte Nova da Língua Grega*,
Coimbra, Real Typografica da Universidade, 1790.

de encomenda pela corte portuguesa lhe ter sido exclusivamente dedicada, sem qualquer autorização⁷⁷. O certo é que isso obrigou o embaixador a um pedido de desculpas. Em ofício datado de 18 de Junho de 1761, dirigido ao secretário de Estado, justifica-se, dizendo que consentira que a gramática lhe fosse dedicada e que o seu nome figurasse na portada, por ignorar que tivesse sido escrita por ordem régia e, ainda, por supor que se tratava de um compêndio para fins comerciais⁷⁸.

Não obstante estas vicissitudes iniciais, a obra, conforme o



Magalhães, nesta altura (1761), encontrava-se em Portugal para, a conselho de Soares de Barros, “buscar uma protecção que lhe desse todas as facilidades para depois poder voltar para esta capital [Paris] a aperfeiçoar-se nas applicações em que tinha feito um tão bom progresso” (carta de Soares de Barros a D. Luiz da Cunha, de 6. 6. 1761, citada por Maximiano Lemos, art. cit., 447). Depois, as relações entre Magalhães e Salema, uns meses após a edição da gramática, ter-se-ão degradado, conforme testemunho do próprio Salema que, em ofícios datados de 18. 6. 1761 e de 9. 9. 1761, se queixa dos enredos que Magalhães andava a urdir contra ele nos últimos tempos (*vide* LEMOS, 1910, p. 448-449). Logo, não é de excluir a possibilidade de Magalhães, aquando da sua passagem por Lisboa (1761-1764), antes de partir para a sua terceira ‘terra de exílio’, ter estado por trás desta intrigante censura do frontispício e da carta dedicatória.

⁷⁷ De facto, nesta carta dedicatória a Pedro da Costa de Almeida Salema, o nosso autor, com algum desassombro, afirma: “só V. illustrissima que nesta Metropole, duas vezes berço da prezente produçam, tam dignamente acredita o acerto de quem o emprega nos Negocios do Estado, deve honrar com o Seo Nome este frontespicio” (MAGALHÃES, 1760, p. III e IV).

⁷⁸ Cf. LEMOS, 1910, p. 448. A não ser que estejamos perante uma falsa desculpa, significa isto que Salema não terá tido acesso à totalidade da obra impressa, uma hipótese muito provável, se tivermos em conta que o primeiro caderno de 16 páginas (com o frontispício, a dedicatória e o prólogo) foi impresso à parte e depois de todos os outros 32 cadernos de 12 páginas. Também à parte foram impressas versões corrigidas e alteradas das páginas 9, 10, 81 e 82 para substituir as primitivas versões do texto. Num exemplar existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto (K-1-160), o encadernador, depois de proceder à substituição recomendada em nota da p. XVI, encadernou, no fim do compêndio, as primitivas versões destas páginas.

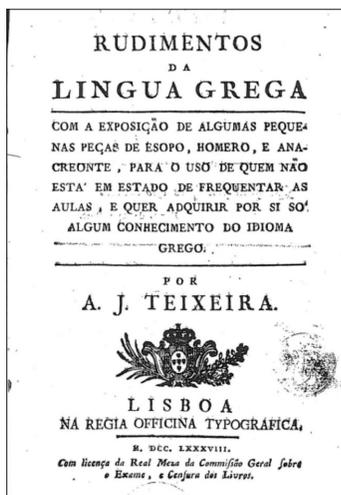


Fig. 19: TEIXEIRA, A. J. *Rudimentos da Língua Grega*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1788.

prescrito no § 4 das *Instruções*, foi adotada nas Escolas do Reino pelos alunos e até também pelos poucos professores⁷⁹, como se pode inferir das anotações, a lápis ou a tinta, que aparecem em alguns dos espécimes que consultámos⁸⁰. Estas anotações, por si só, poderiam ser apresentadas como prova suficiente do inquestionável uso escolar desta gramática que, conforme vimos, passou a circular com dois frontispícios⁸¹. No

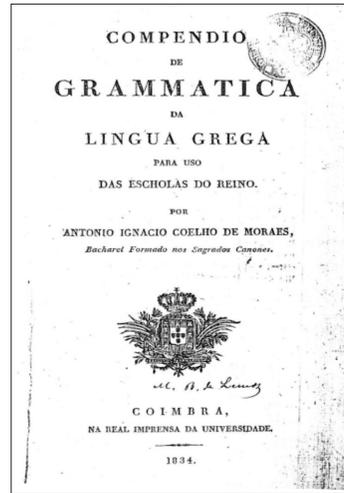
entanto, em apoio deste argumento, podemos acrescentar ainda o facto de

⁷⁹ Muito embora o Alvará Régio de 28 de Junho de 1759 tivesse criado quatro lugares para professores de Grego em Lisboa, dois no Porto, Coimbra e Évora e um em “cada huma das outras cidades, e villas que [fossem] cabeças de Commarça”, com a expulsão dos jesuítas, grandes foram as dificuldades para arranjar professores para essas vagas, sendo apenas algumas delas preenchidas, na maior parte dos casos, por professores irlandeses. *Vide* ANDRADE, 1981, v. 2, p. 82, e os documentos 11, 12, 17, 18, 27, 31, 222, 234 e 248, transcritos neste mesmo volume; RAMALHO, A. Costa. Um helenista brasileiro da Reforma Pombalina. In: MISCELÂNEA de Estudos Literários em homenagem a Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Pallas, 1984. p. 87-93. Cf. p. 89-90; e RAMALHO, A. Costa. Um programa de exame de Grego da Reforma Pombalina. In: _____. *Para a História do Humanismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. v. 3. Cf. p. 281-284. BOAVENTURA, 1823, p. 49, comentando esta realidade, afirma hiperbolicamente que, se não fora isso, “subiria entre nós a Litteratura Grega ao esplendor, a que chegou nestes últimos tempos não só entre os Allemães e Inglezes [...] Príncipes desta erudição, mas ainda entre os nossos visinhos Castelhanos”. Só a 10 de Novembro de 1773, por resolução de S. Majestade, se fez a primeira grande seleção e nomeação de professores de língua grega que, na sua grande maioria, eram portugueses. No entanto, dos 38 lugares criados um ano antes, por Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, só 21 foram preenchidos. Sobre esta matéria, veja-se GOMES, J. Ferreira. *O Marquês de Pombal e as Reformas de Ensino*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p. 25-39.

⁸⁰ Apesar de as *Instruções de Grego*, no seu § 6, recomendarem o “Methodo grande de Port-Royal” para os professores, estes terão usado também o *Novo Epítome* de Magalhães, como se pode verificar pelas anotações feitas em exemplares da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (4A-8-6-27; e 1(23)-12-191) e da Biblioteca Pública Municipal do Porto (M-8-64).

⁸¹ Cf. ANDRADE, 1981, v. 1, p. 262-277.

Fig. 20: MORAES, A. I. Coelho. *Compendio de Grammatica da Língua Grega*, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1834.



ela aparecer, em número considerável, em bibliotecas públicas, oriunda de 'livrarias' de alguns colégios, e de figurar também no acervo de bibliotecas particulares⁸².

Não podemos, por isso, concordar com Justino Mendes de Almeida, que aventa a hipótese de este epítome gramatical não ter agradado, atendendo a que “poucos anos após, era impressa na Real Tipografia da Universidade de Coimbra a *Arte Nova da Língua Grega* para uso do Colégio da Graça, de Fr. Custódio de Faria, professor de Grego e de Hebraico no mesmo Colégio”⁸³. Se assim fosse, como justificar, então, que o próprio Custódio de Faria, António José Teixeira e, já no século seguinte, o P.^o António Ignacio Coelho de Moraes tenham aproveitado e incluído nos seus compêndios muitas das 101 mnemónicas de Magalhães, tidas por alguns como obscuras e pouco graciosas⁸⁴? E sobretudo, como

⁸² Cf. *Catalogue des livres de feu de M. Ant. Nuñez Ribeiro Sanchès* (Paris, 1783) 53, n.^o 631. JORGE, Ricardo. *Amigos de Ribeiro Sanches, J. H. de Magellan. A Medicina Contemporânea*, Lisboa, 1910. Cf. p. 11, refere ter adquirido na Feira da Ladra, a troco de um pataco, um exemplar desta gramática, certamente de um aluno que já havia concluído o seu curso.

⁸³ ALMEIDA, Justino Mendes. *Institutiones Grammaticae ex Clenardo* (a 1.^a edição da Gramática Grega de Clenardo). *Revista da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 22, 2.^a série, p. 177-186, 1956. Cf. p. 186.

⁸⁴ Sem citar a fonte, e dando-lhes uma outra ordem, Custódio de Faria transcreve perto de metade das 101 mnemónicas de Magalhães, em páginas não numeradas que ficam depois do índice da sua *Arte Nova da Língua Grega*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1790. Já o P.^o António Ignacio Coelho de Moraes, citando a fonte, inclui cerca de seis dezenas dessas regras em versos hendecassílabos, nas p. 491-504 do seu *Novo Compendio da Grammatica da Língua Grega comparada com as Linguas Latina e Portugueza*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1874. Este professor de Grego já antes, na mesma Imprensa da Universidade de Coimbra, havia publicado um *Compendio de Grammatica da Língua Grega para uso das Escolas do Reino* (1833-1834) e as *Regras das Declinações dos nomes parisyllabos, imparisyllabos, e contractos, e da formação dos tempos dos verbos nas tres vozes activa, passiva e media* (1850), onde inclui sete regras, nas p. 27-42. Refira-se ainda que António José Teixeira recriou 35 destas regras, em *Rudimentos da Língua Grega*, Lisboa, 1788; e que um professor do Liceu Nacional do Porto incluiu 13 regras,



Fig. 21: *Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto-Real, composto na Lingoa Portuguesa para uzo das Novas Escolas de Portugal*, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1814. (BGUC: 7-40-41-45)

justificar ainda que o *Epitome* do aveirense tenha tido uma 2.^a edição?

Saída dos prelos da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, já depois da morte do autor, em 1814⁸⁵, esta edição – ou melhor, reimpressão da de Paris, atendendo aos quase inexistentes melhoramentos que teve⁸⁶ – é mais uma prova insofismável de que esta gramática, não só satisfaz, como ainda foi amplamente usada, tendo sido, durante mais de meio século, um instrumento básico para o estudo do Grego em Portugal.

4. Conclusão

Na senda de Aires Barbosa, um outro aveirense ilustre, que, duas centúrias e meia antes, com o seu magistério na corte portuguesa, foi “o precursor dos estudos helénicos na casa lusitana”⁸⁷ e até mesmo na Península, também João Jacinto de Magalhães, um iluminista da segunda metade do século XVIII, conhecido sobretudo pelo desenvolvimento e divulgação

em *Elementos de Grammatica da Lingua Grega*. Lisboa, 1871. Sobre este assunto, veja-se MORAIS, 2000, p. 45-100. Apresentamos as folhas de rosto de três destas gramáticas acima citadas (fig. 18, p. 284; fig. 19, p. 285 e fig. 20, p. 286).

⁸⁵ Vide reprodução da portada desta 2.^a edição, em fig. 21. O espécime que consultámos (BGUC: 7-40-41-45) encontra-se erradamente catalogado em Claude Lancelot.

⁸⁶ A afirmação de MOURA, V. Gomes. *Noticia succinta dos monumentos da Lingua Latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma*. Coimbra: [s.n.], 1823, p. 412-413, de que “nem desde 1759 até agora se ha cuidado em melhorar...a *Arte da Lingua Grega*, que foi extrahida da de *Porto Real*”, além de coincidir com o que dissemos *supra*, comprova que, em 1823, a gramática de Magalhães ainda era usada no ensino do Grego.

⁸⁷ SERRÃO, J. Veríssimo. *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*. Lisboa: [s.n.], 1962. v. 1, p. 151. Vide ainda PINHO, S. Tavares. Les études de Grec à l'Université de Coimbra (XVI.^e siècle). In: L'HUMANISME Portugais et l'Europe: Actes du XXI.^e Colloque International d'Études Humanistes. Paris: FCG, 1984. p. 87-109. Cf. p. 90.

de experiências e instrumentos de precisão no mundo das ciências exatas, inscreveu o seu nome na história do ensino do Grego em Portugal, com esta gramática “de uma língua que não é nacional”⁸⁸.

O seu *Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto-Real*, traduzido, com correções, adaptações e aditamentos, dos compêndios de Lancelot e de Furgault, para servir o projeto pombalino de reforma dos estudos secundários, veio substituir os compêndios *ex Clenardo*, usados pelos Jesuítas, ficando na história do ensino como a primeira gramática de Grego impressa em língua portuguesa.

RESUMO

Desde Dionísio de Trácia, muitos foram os compêndios gramaticais que foram elaborados em prol de uma cada vez melhor compreensão do funcionamento da língua helénica. Com o incremento do estudo do grego no Renascimento, este número aumentou de forma exponencial. Em Portugal, dois modelos de artes de gramática marcaram de forma indelével o ensino desta língua, entre os séculos XVI e XIX: *as Institutiones in Linguam Graecam* de Clenardo e o *Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto-Real de João Jacinto de Magalhães*. O primeiro esteve na base dos epítomes *ex Clenardo, in usum tyronum*, que os Jesuítas portugueses compuseram para o ensino nos seus colégios. Pedagogicamente inovadores, pela preocupação constante de ajustar o conteúdo às necessidades letivas, estes manuais foram publicados de forma intermitente, entre 1594 e o primeiro quartel do século XVIII. O segundo, traduzido, com correções, adaptações e aditamentos, dos compêndios de Lancelot e de Furgault, para servir o projeto pombalino de reforma dos estudos secundários, veio substituir o anterior e influenciou outras gramáticas de finais do século XVIII-inícios do século XIX, tendo ficado na história do ensino como a primeira gramática de Grego impressa em língua portuguesa.

Palavras-chave: Ensino do grego. Gramática de Grego. Clenardo. Jesuítas. João Jacinto de Magalhães. Lancelot. Furgault.

⁸⁸ VERNEY, 1949, p. 139.

ABSTRACT

Since Dionysius of Thrace, many grammatical compendia have been developed in order to increase a better understanding of the Greek language functioning. With the increase of Greek studies in the Renaissance, this number has exponentially increased. In Portugal, two grammar models indelibly marked the teaching of this language between the sixteenth and nineteenth centuries: the *Institutiones in Linguam Graecam* by Nicolaus Clenardus, and the *Novo Epítome da Grammatica Grega de Porto-Real* by João Jacinto de Magalhães. The former was the basis of the epitomes *ex Clenardus, in usum tyronum*, which Portuguese Jesuits composed for teaching in their schools. Pedagogically innovative, through the constant concern in adjusting contents to learning needs, these manuals were published intermittently between 1594 and the first quarter of the eighteenth century. The latter, translated with corrections, adjustments and additions from the compendia of Lancelot and Furgault in order to serve the Marquis of Pombal reform project of secondary education, replaced the previous one and influenced other grammars from the late eighteenth century-beginning of the nineteenth century, and has been placed in the history of education as the first Greek grammar printed in Portuguese.

Keywords: Greek learning. Greek grammar. Clenardo. Jesuits. João Jacinto de Magalhães. Lancelot. Furgault.